

CENTROS DE DOCUMENTAÇÃO: NOVOS ESPAÇOS INFORMACIONAIS DOCUMENTATION CENTERS: NEW SPACES INFORMATIONAL

Marcia T. Cavalcanti
Bolsista PCI IEN/CNEN
marciacavalcanti@gmail.com

Resumo: Este trabalho resulta da pesquisa empreendida durante a realização do doutorado, que teve como foco identificar e analisar os fatores que contribuíram para o surgimento dos centros de documentação nas décadas de 1970/80 dentro de espaços acadêmicos, frente o contexto político e social que se instalou no Brasil de 1964 até 1985. Chamou atenção o fato de estes centros funcionarem como espaços de institucionalização de informações “marginais” e inaugurando uma nova categoria de espaço de produção de informação, que mais tarde vai congrega no mesmo local o “marginal” e o institucional.

Palavras-chave: Centro de documentação. Memória. Informação.

Abstract: This work is the result of research undertaken during the course of doctorate, which focused on identifying and analyzing the factors that contributed to the emergence of documentation centers in the decades of 1970/80 in academic spaces, across the political and social context that has taken place in Brazil from 1964 to 1985. It drew attention the fact that these centers function as institutionalization of information "marginal" and opening a new category of information production space that will later gather in the same place the "marginal" and the institutional.

Keyword: Documentation center. Memory. Information.

Este trabalho resulta da pesquisa empreendida durante a realização do doutorado no PPGCI/IBICT-UFRJ, que teve como foco identificar e analisar os fatores que contribuíram para o surgimento dos centros de documentação nas décadas de 1970/80 dentro de espaços acadêmicos, mais especificamente as universidades, frente o contexto político e social que se instalou no Brasil de 1964 até 1985.

Os centros de documentação cumprem a função de documentar a experiência adquirida pelos indivíduos e grupos em suas vivências individuais, coletivas, políticas, jurídicas etc. Inicialmente podemos considera-los como um misto de arquivos, bibliotecas e museus, sendo que todos eles possuem a “corresponsabilidade no processo de recuperação da informação, em benefício da divulgação científica, tecnológica, cultural e social, bem como do testemunho jurídico e histórico” (BELLOTTO, 1991, p.14).

A emergência desses Centros, naqueles anos, foi bastante

“Significativa, diante do acesso restrito à informação imposto pela ditadura militar. Abrigando, preferencialmente, arquivos e coleções de grupos políticos, operários, sindicais e de movimentos organizados, em suas várias tendências, e reunindo um conjunto riquíssimo de títulos da imprensa operária e militante, não só enfrentavam carências de informação, como alargavam os horizontes da memória social. Alguns desses Centros constituíram-se, de alguma forma, em extensões de outros já existentes na sociedade e que, nesse e em outros momentos de disputas acirradas na vida política, foram sendo fechados, retirados de circulação pela Polícia Política, ou ainda guardados em lugares estratégicos para não serem apreendidos pela ação repressiva do Estado; alguns chegaram, mesmo, a ser enviados para o exterior. Esses acervos tornaram-se úteis e estratégicos em vários estudos que caracterizaram os anos 1970 e 80, centrados nas lutas sindicais e partidárias, nas organizações e movimentos sociais e de trabalhadores urbanos e rurais. Disponibilizá-los para consulta representava criar canais de diálogo com trajetórias e formas de luta silenciadas naquele momento, mas que continuavam a inquietar parcelas da população e intelectuais comprometidos com questões do social, num período marcado por maior centralização do poder e severo controle político” (KHOURY, 2005, p.407).

A partir de critérios definidos durante a pesquisa foram selecionados como objetos de estudo três centros de documentação: Arquivo de Memória Operária do Rio de Janeiro/AMORJ; Arquivo Edgard Leuenroth/AEL; Centro de Documentação e Informação Científica Professor Casemiro dos Reis Filho/CEDIC.

Durante o desenvolvimento da pesquisa um ponto que chamou atenção foi o fato destes centros de documentação funcionarem como espaços de institucionalização de informações “marginais”. Marginais porque, no período estudado, quando os diferentes movimentos organizados dentro da sociedade (movimento operário, movimento negro, movimento estudantil, de trabalhadores, por exemplo) produziam e circulavam informações e documentos isto acontecia muitas vezes fora dos espaços permitidos pelo Estado e institucionalizados para este fim: espaço acadêmico, meios de comunicação, produção científica. A informação e os documentos oriundos destes movimentos e grupos eram produzidos e circulavam, muitas vezes, na clandestinidade, e ficavam relegados a espaços “marginais”, pois eram gerados para consumo pelo próprio movimento ou grupo, com objetivo definido. Assim, a criação destes centros inaugura uma nova categoria de espaço de produção de informação, que mais tarde vai congrega no mesmo local o “marginal” e o institucional.

Mas este lugar não é só de encontro de informações e documentos “marginais” e institucionais, é também lugar de transmutação. Quando estes centros foram criados em algumas universidades brasileiras a informação que eles produziram e mantiveram a partir dos acervos doados pelos integrantes dos diferentes movimentos organizados passou a ocupar os espaços institucionalizados, até mesmo extrapolando os limites dos próprios centros, daí seu caráter de transmutação.

Estes acervos constituíram-se em um material de pesquisa capaz de contribuir, por meio de novas informações, na produção do conhecimento nas ciências sociais e humanas, visto que esta transmutação representou desdobramentos teórico-metodológicos neste campo com a ampliação e a valorização de novos objetos e sujeitos do conhecimento, que ocorre concomitantemente à criação destes novos espaços de memória.

Dessa forma, as informações e memórias que antes eram “marginais” passaram a ocupar publicamente os espaços permitidos destes campos de conhecimento, através de teses, monografias, artigos, dissertações e demais trabalhos. Elas passam a ser, portanto, legitimadas e assumiram importância histórica, política, científica e acadêmica. É possível perceber este movimento de institucionalização destas informações ao analisar algumas publicações do Arquivo Edgard Leuenroth/AEL.

Na publicação “Relação parcial de publicações cujas fontes documentais, no todo ou em parte, pertencem ao acervo do Arquivo Edgard Leuenroth (1979-2014)”, atualizada em maio de 2014, são apresentados 209 títulos de trabalho cujas fontes foram pesquisadas no AEL, sendo o mais antigo intitulado “A classe operária no Brasil: 1889-1930: documentos”, escrito por Paulo Sérgio Pinheiro e Michael Hall em dois volumes, o volume 1 intitulado “O movimento operário” e publicado no ano de 1979, e o volume 2 intitulado “Condições de vida e de trabalho: relações com os empresários e o Estado” e publicado em 1981, ou seja, ainda durante o governo civil militar.

Em outra publicação, “Catálogo de resumos: teses e dissertações: pesquisas no acervo do Arquivo Edgard Leuenroth”, de 2002, que se compõe de uma relação de teses e dissertações apresentadas entre os anos de 1976 e 2001 na Unicamp e que utilizaram o acervo disponível no AEL durante a pesquisa, perfazendo um total de 165 trabalhos, tem uma dissertação de mestrado com o título de “O populismo

em crise (1953-1955)”, defendida no ano de 1976 por Armando Boito Júnior no IFCH/Unicamp.

Todos os trabalhos acima citados somente foram possíveis devido às doações realizadas e demais aquisições de documentos por parte dos atores envolvidos na construção e manutenção dos centros estudados. Mas o que levou esses militantes a doarem seus acervos para os centros de documentação que estavam surgindo? O mais frequente era isso ocorrer quando eram procurados por pesquisadores interessados em conhecer suas trajetórias, criando um laço de confiança e também uma oportunidade para eles poderem conta-las, além da descoberta de um local onde podiam depositar seus arquivos pessoais que se constituíam em “narrativas longamente tecidas” sobre os “significados de sua trajetória” (GONÇALVES, 2003, p.4):

“O gesto de doar neste caso está sendo tomado como ato deliberado de vontade, seja por atitude voluntária de destinar à guarda de uma instituição de preservação de memória sua coleção, seja fruto da ação persuasiva dessas instituições junto ao titular ou família, seguindo orientação de sua política de acervo. Doar uma coleção, cerca-se por certo de indagações, receios, pressupõe relações de confiabilidade que apontam um consenso sobre o caráter relevante dos papéis doados. Distintamente de comercializar, sugere propósitos outros não fundados na razão econômica, deixa entrever identidade entre as partes. Se o arquivador doa porque considera ter algo a legar, as instituições de memória muitas vezes a ele se antecipam, informando-o, conscientizando-o”, logo instituindo valor. A ação de convencimento baliza-se em argumentos que sustentam o valor histórico singular da ação política do personagem e a relevância de seus documentos - pressupondo compatibilidade entre o desempenho público e registros acumulados - para os estudos da história” (VIANNA; LISSOVSKY; SÁ, 1986, p.69).

Muitos dos militantes, ou os detentores de seus acervos, procuraram e foram procurados por pesquisadores durante os anos 1970-80, principalmente após a redemocratização do país, e pode-se afirmar que este foi o caso do AMORJ na constituição de parte de seu acervo.

Mas não se pode esquecer que estes acervos são compostos não apenas de documentos doados por indivíduos como também aqueles doados pelas entidades ligadas aos diferentes movimentos sociais, o que faz com que esses acervos assumam outra função além de servirem de material de pesquisa acadêmica.

“Portanto, como uma primeira resposta àquela indagação – "seria a preservação dos arquivos vinculados aos movimentos sociais de interesse apenas para pesquisadores?" –, poderíamos responder: não, se a existência de arquivos decorre da própria existência das entidades ligadas aos movimentos sociais, sua adequada produção, organização e disponibilização (no limite, sua preservação) é de interesse, antes de tudo, das mesmas entidades, de modo que possam realizar suas ações com maior eficiência” (GONÇALVES, 2003, p.4).

Ao estudar a criação dos centros de documentação é possível perceber a ocorrência de um duplo movimento com relação à documentação que estes espaços preservam, movimentos já mencionados e nomeados por Gonçalves: um movimento inicial de dispersão geográfica e institucional, outro posterior de reintegração (GONÇALVES, 2003, p. 6).

O movimento inicial de dispersão geográfica ocorre anterior e concomitantemente à existência destes centros, e está relacionado à atuação dos movimentos sociais em diferentes espaços dentro do território nacional e às entidades com as quais estão vinculados. O movimento de dispersão institucional se relaciona à repressão que estes movimentos sofrem por parte do governo gerando uma necessidade de se pulverizar entre diferentes instituições arquivísticas a documentação gerada por eles para garantir sua preservação, incluindo até mesmo os centros de documentação que estão sendo criados a partir da década de 1970. Esse movimento é anterior e também concomitante à criação destes centros, mas é possível que tenha ocorrido muito mais durante a sua constituição.

Já o movimento de reintegração está intimamente ligado ao movimento de dispersão institucional no período de criação dos centros de documentação. Como é sabido, os atores e entidades ligados aos diferentes movimentos sociais passaram por um processo severo de repressão e perseguição durante o governo militar, e como forma de garantir a preservação de seus documentos eles precisam desfazer-se deles através de doações, ou escondê-los. Os centros de documentação que surgiram, principalmente nos espaços acadêmicos, passaram a ser encarados por muitos como uma espécie de “promessa” de lugar seguro para se depositar estes documentos, que tinham origens completamente distintas. Portanto, os atores participantes dos diferentes movimentos organizados doaram seus acervos, muitos deles mantidos em segredo, para estes centros de documentação, permitindo assim

um posterior movimento de reintegração, ou seja, a reunião, pelo centro que passou a guarda-los, de documentos relacionados entre si e anteriormente dispersos.

E este movimento de reintegração vai ocorrer a partir do interesse do próprio centro na compra ou permuta dos documentos faltantes, ou por doação pelos pesquisadores, e até mesmo pela geração de instrumento de pesquisa produzido com a participação conjunta de diferentes centros de documentação.

“Inserindo-se em circuitos de preservação documental mais amplos, que, em tempos recentes, buscam aproximar a preservação do patrimônio documental às experiências de grupos sociais diversos e da questão da cidadania, [o CEDIC] tem participado de forma ativa de algumas redes pela afirmação do direito à memória em nossa sociedade. Tal é o caso de nossa participação no Projeto “Memórias Reveladas” – Centro de Referência das Lutas Políticas no Brasil (1964 – 1985), no qual diversas instituições públicas e privadas, em parceria com o Arquivo Nacional, pretendem reunir em um portal e colocar à disposição do público os arquivos e os documentos do período da ditadura” (CRUZ; TESSITORE, 2010, p.442).

Pode-se até dizer que posteriormente estes centros formaram uma rede, pois quando eles receberam as doações iniciais muitos não tinham estrutura nem mão de obra para controlar toda a documentação que chegava. O movimento de reintegração vai fazer com que muitos centros cruzem o material que possuem para saber onde estão as partes “faltantes” da documentação, que foram pulverizadas em diferentes lugares na tentativa de salvá-las.

Forjaz, em trabalho publicado em 1989, faz uma análise da situação das pesquisas na área das Ciências Sociais no período do governo militar. Para a autora, o regime autoritário, mesmo sem intenção, quando valorizou o desenvolvimento científico e tecnológico acabou por criar condições institucionais que permitiram a enorme expansão das Ciências Sociais. Assim, os efeitos nocivos do governo sobre a pesquisa científica e a comunidade acadêmica são inegáveis, mas, apesar disso, a ciência e a tecnologia foram favorecidas pela ampla mobilização de recursos e criações institucionais (FORJAZ, 1989, p. 81-82).

E é justamente nas brechas institucionais criadas pelo governo que, segundo Forjaz, a crescente comunidade de cientistas sociais se inseriu e conquistou posições. E foram essas brechas que permitiram que as informações “marginais” produzidas pelos atores envolvidos nos diferentes movimentos organizados se institucionalizassem pelas mãos desta comunidade de cientistas sociais e demais

cientistas da área das Ciências Humanas. E mesmo que a área de humanas não fosse a beneficiária almejada pelos militares, ainda assim ela soube aproveitar a disponibilidade de recursos das agências financiadoras estaduais e federais. E mais uma vez é possível remeter ao AEL, pois a compra de seu acervo original teve o financiamento da FAPESP.

Concluindo, se pode afirmar que a relação de confiança entre pesquisadores e seus objetos de pesquisa tornou-se uma via de “mão-dupla”, onde os observados também se tornavam atores em uma dinâmica de busca pela salvaguarda de suas memórias que, se em um primeiro momento refletia o cenário de lutas políticas em um Brasil marcado pelo governo militar, alimentou a produção técnico-científica nas ciências humanas e sociais tanto no período quanto nas décadas posteriores. E permitiu que estas informações marginais passassem a ocupar os espaços institucionalizados.

REFERÊNCIAS

BELLOTTO, Heloísa Liberalli. **Arquivos permanentes: tratamento documental**. São Paulo: T. A. Queiroz, 1991.

CRUZ, Heloisa de Faria; TESSITORE, Viviane. Documentação, memória e pesquisa: o CEDIC faz 30 anos. **Projeto História**, São Paulo, n.40, jun. 2010. Disponível em <<http://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/viewFile/6139/4460>> Acesso em: 20 jan. 2016.

FORJAZ, Maria Cecília Spina. Cientistas e Militares no Desenvolvimento do CNPq (1950- 1985). **BIB**, Rio de Janeiro, n. 28, p. 71-99, 1989.

GONÇALVES, Janice. História e memória dos movimentos sociais: em torno da preservação de seus registros. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL EDUCAÇÃO INTERCULTURAL, GÊNERO E MOVIMENTOS SOCIAIS, 2, 2003, Florianópolis - SC. **Anais**, 2003.

KHOURY, Yara Aun. No rastro de memórias silenciadas. **Projeto História**, São Paulo, n.30, p.407-414, jun. 2005.

VIANNA, Aurélio; LISSOVSKY, Maurício; SÁ, Paulo Sérgio Moraes de. A vontade de guardar: logica da acumulação em arquivos privados. **Arquivos & Administração**, Rio de Janeiro, v.10-14, n.2, p. 62-76, jul/dez. 1986.

Arquivo Edgard Leuenroth/AEL [página eletrônica]. Disponível em: <http://www.ael.ifch.unicamp.br/site_ael/>.

Arquivo de Memória Operária do Rio de Janeiro/AMORJ [página eletrônica]. Disponível em: <<http://www.ifcs.ufrj.br/~amorj/>>.

Centro de Documentação e Informação Científica/CEDIC [página eletrônica]. Disponível em: <<http://www.pucsp.br/cedic/>>.